

Particularidades de Minas Gerais no processo de mercantilização do Ensino superior

Clarice da Costa Carvalho¹

Wellington Alvim da Cunha²

RESUMO:

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) e desdobrada nos estudos sobre Serviço Social (formação, perfil discente e docente e trabalho profissional em serviço social), realizada a partir do grupo de pesquisas “Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social” que funcionou no ano de 2009 na FAMINAS-Muriaé.

Neste artigo apresentaremos alguns dados sobre a expansão e mercantilização presentes na interiorização do ensino superior em Minas Gerais, particularizando o “caso” do Serviço Social. Apresentaremos também uma breve análise dos dados que tratam do perfil discente dos estudantes de Serviço Social da FAMINAS-MG, estes dados foram coletados a partir do Exame Nacional de Cursos (ENADE).

Em Minas Gerais, como em todo território nacional, as determinações internacionais, mediadas pela intervenção do Estado brasileiro, propiciam a criação de um vasto campo de investimentos. No caso de Minas Gerais, os serviços educacionais irão compor uma estratégia de retomada do crescimento econômico e ampliação de investimentos para o setor de serviços. O que pode ser comprovado por sua enorme expansão.

Buscamos analisar as relações entre o poder político e os investimentos em educação superior em Minas Gerais. Considerando as particularidades do Estado, e, especialmente da Zona da Mata mineira, observamos que, diante do enfraquecimento da produção agrícola, leiteira, cafeeira; outros nichos de investimentos são buscados pelos empresários da região pesquisada, neste contexto o investimento em ensino é uma das alternativas exploradas, constituindo ali um mercado promissor.

¹ Mestre em Serviço Social e Professora Assistente I da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Pólo Universitário de Rio das Ostras/Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras (PURO/RIR). Coordenadora do grupo de pesquisas “Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social” que funcionou no ano de 2009 na FAMINAS-Muriaé.

² Acadêmico do 7º período do curso de Serviço da FAMINAS. Integrante do grupo de pesquisas “Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social” que funcionou no ano de 2009 na FAMINAS-Muriaé. Membro do Diretório Acadêmico de Serviço Social “Ciro Andrade da Silva” com função de Secretário Geral e também membro da Diretoria de Universidades Pagas da União Estadual dos Estudantes (UEE-MG). Atualmente trabalha na Diretoria Regional de Muriaé da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.

O presente artigo é resultado dos estudos realizados para elaboração da dissertação de mestrado “SERVIÇO SOCIAL E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO – a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata mineira”, realizado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) e das incursões investigativas realizadas no âmbito do Grupo de pesquisa “Trabalho e Formação Profissional”

O eixo deste artigo passa pela compreensão das características do quadro de empresariamento da educação superior, da expansão de cursos em Serviço Social e dos impactos destas condições de trabalho na formação dos assistentes sociais – os discentes dos cursos de Serviço Social nas IPES. A exposição está estruturada da seguinte forma: a) Expansão do Ensino Superior Privado nos anos 1990; b) Particularidades da expansão do ensino superior em Minas Gerais; c) Notas sobre o perfil discente dos cursos de Serviço Social nas IPES na Zona da Mata Mineira.

a) Expansão do Ensino Superior Privado nos anos 1990;

O século XX foi um período histórico complexo, rico em transformações sociais, esta efervescência levou Hobsbawm (1995) a caracterizá-lo como a “Era dos Extremos”, para o historiador *o velho século não terminou bem*. O estudioso aponta:

À medida que a década de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia *fin-de-siècle*. Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve Século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do ‘Fim da História’, haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história. (HOBSBAWM, 1995: 15-16).

No Brasil dos anos 1990 os homens fizeram história. No entanto, os fatos a serem destacados apresentam uma realidade que não inspira otimismo para as gerações seguintes.

As transformações societárias dos anos 1990 possuem raízes nas décadas anteriores, articuladas à dinâmica do capitalismo monopolista. Para

compreendermos os fundamentos da proposta que justificava a necessidade de reforma do Estado, a estabilidade econômica a qualquer custo e a internacionalização da economia brasileira é preciso analisar suas bases, e compreendermos as relações que fundam a articulação dos interesses da elite nacional com os interesses de grupos econômicos e organismos financeiros mundiais.

As transformações na esfera produtiva, que desde os anos 1970 impactaram o mundialmente a vida dos trabalhadores, chegam o Brasil neste contexto. As organizações dos trabalhadores expressam o enfraquecimento das organizações classistas como os sindicatos, que, articulados ao ideário de ‘fim da história’ inauguradas após a queda do muro de Berlim e do fim das experiências do socialismo real, passam a atuar de forma pouco contestatória assumindo uma perspectiva de sindicalismo de participação.

Os impactos da opção neoliberal no agravamento da desigualdade social eram tratados a partir da abordagem da “crise” fiscal do Estado, tomada como justificativa para necessidade de sua “reforma” que contemplava a defesa da diminuição do Estado, o se realiza intensamente no âmbito das Políticas Sociais. No entanto, as particularidades brasileiras dão ao neoliberalismo um tom diferenciado, nos termos de Netto: *“Não há, aqui, um Welfare State a destruir; a efetividade dos direitos sociais é residual, não há “gorduras” nos gastos sociais num país com os indicadores sociais que temos [...]”* (1996: 104).

Outras transformações indicam mudanças na relação entre o Estado e a sociedade. O apelo à solidariedade e a articulação entre o fortalecimento de iniciativas da “sociedade civil” em detrimento da intervenção estatal, favorecendo a desreponsabilização do Estado, sobretudo, como já afirmamos, com relação às políticas sociais. Neste sentido a programática neoliberal precisa ser adaptada:

[...] ele deve travestir-se, mascarar-se com uma retórica não de individualismo, mas de “solidariedade”, não de rentabilidade, mas de “competência”, não de redução de coberturas, mas de “justiça”. E por mais que suas práticas estejam dirigidas à “desregulação” e à “flexibilização”, seu escamoteado neoliberalismo também deve ser matizado [...] (idem, ibidem).

Alguns segmentos da Sociedade civil passaram a se organizar em torno de valores solidaristas e em iniciativas ‘sociais’ que incluíam desde ações

religiosas até os grandes grupos empresariais e suas iniciativas de “responsabilidade social”.

Em síntese, a “flexibilização” do capitalismo tardio, levando a “classe-dos-que-vivem-do-trabalho” à defensiva e penalizando duramente a esmagadora maioria da sociedade, não resolveu nenhum dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital. (NETTO, 1996: 102).

Desta forma a defesa de uma reforma do Estado³ ganhou força, a partir de um processo satanização do Estado, tomado como o “grande culpado” pelos problemas da nação, sobretudo, em decorrência de sua inabilidade de gestão, emerge a alegação de que um novo modelo de Estado precisa ser desenvolvido.

Existia a concepção de uma crise do Estado no Brasil, que precisaria ser urgentemente alterado a fim de adquirir um perfil gerencialista, mais adequado às demandas contemporâneas. O caráter interventor do Estado e suas ações no campo social são qualificadas como excessivas, limitadoras do desenvolvimento da nação e dos cidadãos.

O principal argumento dos defensores da reforma do Estado – a crise fiscal, sustentava-se numa abordagem equivocada, ou seja, não era uma ‘crise fiscal’ que precisava ser combatida, mas sim o que a originou – o endividamento do Estado, promovido pela estatização da dívida externa privada no início da década de 1980. (BENJAMIM, 1998).

Behring (2003) identifica que o conservadorismo político permaneceu nos processos ‘reformistas’ colocados em marcha, no entanto, apresenta também as suas novas formas de legitimidade, que se sustentavam através de: formas modernas de clientelismo - ou neocorporativismo; da mobilização do voluntariado para o solidarismo; da larga utilização dos aparatos midiáticos e na difusão dos *axiomas da “nova modernidade”*. Behring (idem) também nos apresenta a existência de uma tímida modernização pela ponta, que, no entanto, foi insuficiente para alçar quaisquer possibilidades de ascensão social dos trabalhadores, já que ocorreu lado a lado de um intenso desemprego, que, por sua vez restringia as possibilidades de consumo dos trabalhadores. (2003: 21).

³ Behring (2003) qualifica os processos ocorridos no Brasil, a partir do Governo de Collor de Melo, a autora se empenha em demonstrar as particularidades das transformações no Brasil a partir dos anos 1990, largamente utilizadas como justificativa para a “reforma do Estado”, processo será concretizado nos governos FHC, como veremos no próximo item.

Um aspecto importante da análise da autora é a abordagem da natureza do Estado: “[...] *espaço de síntese das relações sociais, sob a hegemonia do capital, o que implica uma diretiva de classe, mas incorporando demandas dos trabalhadores expressadas no processo de luta de classes.*” (idem: 22). Desta sustentação analítica emerge a reflexão fundamental da obra de Behring: o processo que os ideólogos neoliberais nomearam como **Reforma⁴ do Estado**, é na verdade um processo de **contra-reforma do Estado**, assim posta:

Esta caracterização relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira nos anos 1990. E vincula-se, ainda, a recusa de caracterizar como reforma processos regressivos. (Idem, Ibidem)

Neste sentido, fica claro que se trata de “[...] *uma apropriação indébita e fortemente ideológica da idéia reformista*”, que, contraditoriamente, subordinada a um pragmatismo intensamente burocrático buscou retirar a ideologia presente na perspectiva reformista, desvinculando-a de sua histórica construção no campo da esquerda, portando uma pretensa neutralidade. Estas interlocuções são importantes para demarcar a diferença ideológica presente na incorporação do termo contra-reforma, uma vez que concordamos com Behring ao afirmar que o uso indiscriminado da categoria reforma, reforça o empenho de seus ideólogos em sustentar que qualquer mudança seja identificada como “Reforma”, sem se importar com o sentido, com as conseqüências sociais e com a direção sociopolítica que este processo possa indicar. (Ibidem: 128).

Trataremos inicialmente da análise de como o processo conhecido como “Reforma do Estado brasileiro” determinou a política de educação, ou seja, buscaremos identificar como a “reforma do Estado” possibilitou uma intensa abertura na legislação educacional, criando as condições institucionais e os mecanismos necessários à operacionalização da concepção da educação como

⁴ Behring nos explica que o termo reforma ganha sentido no debate do movimento operário socialista e apoiada em Nogueira (1998) esclarece que este termo é um patrimônio da esquerda. Tal observação fundamenta a tese de ressemantificação do termo presente na análise da autora, ou seja, os ideólogos da “Reforma do Estado” para nomear o processo regressivo – no que se refere aos direitos sociais, e anti-nacionalista – no que se refere à soberania nacional. (*Apud* BEHRING, 2003).

bem público⁵, o possibilitou a ampliação de sua exploração mercantilista, sobretudo no campo do ensino superior.

O quadro desenhado a partir dos anos 1990 apresentou a mercantilização da educação no Brasil, iniciada a partir de 1964 com a instauração da ditadura militar⁶. Sendo que, naquele período emergiram a perspectiva de educação operacional e instrumentalista, funcional aos projetos de modernização, desenvolvimento e integração intercapitalista da ditadura. (MARTINS, 1980).

Conforme Netto (1998), pode-se afirmar que a “lógica empresarial” no ensino superior emergiu no Brasil sob a ditadura militar, pois, além do deslocamento de recursos em outras áreas de investimentos públicos, possibilitou que a educação superior e outras políticas sociais estivessem *abertas* aos investidores de capitais privados, configurando o que o autor denominou de *grande negócio*.

Os governos militares adotaram uma política diferenciada em relação aos espaços educacionais, articulando-os a medidas que garantissem a integração do sistema de ensino ao “modelo econômico” em trânsito para a modernização do país em plena consonância com os interesses internacionais, especialmente americanos, direcionado para um processo de desnacionalização no campo educacional, como exemplifica o convênio MEC/USAID, cujo objetivo era implantar o modelo educacional estadunidense no Brasil ⁷.

A proposta de reforma universitária estava voltada para educação técnica, favorecendo a maior produtividade ao menor custo do sistema educacional, desenvolvendo uma proposta de modernização que primava pela

⁵ A concepção de educação como bem público, possibilita que instituições públicas e privadas ofereçam serviços educacionais à população, para Pereira, neste contexto: “Cabe ao Estado a partilha dos recursos públicos: naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as IES públicas, numa explícita diluição público/privado.” (2007: 10)

⁶ Nos marcos de cada projeto de governo e do processo de reforma do Estado, efetivado desde 1995, é que a reformulação da educação superior está inscrita, realizando um movimento de continuidades e novidades em relação à reformulação da educação superior conduzida pelo regime burguês-militar instaurado no Brasil em 1964. (LIMA, 2005: 20)

⁷ MEC/USAID é a fusão das siglas Ministério da Educação - MEC - e United States Agency for International Development - USAID. De acordo com Martins (1980: 54-76) de 1964 a 1968 foram estabelecidos vários convênios entre o MEC e a USAID. Os educadores americanos da USAID se inspiravam nos teóricos da economia da educação, nesta perspectiva o ensino superior era uma variável importante para o desenvolvimento econômico, sendo considerado uma fonte de formação de recursos humanos para o incremento das atividades industriais.

instrumentalização do ensino superior para o desenvolvimento econômico do país.

Se nos anos de 1960 havia uma ‘parceria’ entre os organismos educacionais do país periférico – Brasil – e o do país central – EUA, hoje temos as determinações das políticas ‘educacionais’ efetivamente colocadas pelos organismos internacionais financeiros, ou seja, as orientações para a política de educação partem *exclusivamente* da orientação econômica, o que pode ser identificado nos documentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial (BM). A incorporação destas orientações internacionais ocorre em função da articulação existente entre estes interesses e aqueles expressos na agenda governamental, ou seja, o Brasil não introduz as determinações internacionais aleatoriamente, na verdade ocorre uma convergência de interesses emanados das elites nacionais e da orientação macrossocietária dos organismos internacionais na dinâmica do capitalismo monopolista. Conforme análise de Lima:

Um marco dos debates sobre a educação, no início da década de 90, a *Conferência Mundial de Educação para Todos* foi organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura), pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo Banco Mundial, em Jomtien – Tailândia.

O seu lema, “educação para todos”, articula-se à conjuntura política e econômica que marca o início da década. Esta articulação pode ser identificada a partir dos seguintes eixos analíticos: a) os organismos internacionais do capital necessitam desenvolver políticas de alívio das tensões sociais causadas pela crise do endividamento dos países periféricos e pela execução dos ajustes estruturais impostos ao longo da década (perdida) de 1980 e, b) as políticas focalizadas no “alívio da pobreza” estarão articuladas com a necessidade de “governabilidade”, ou seja, da conjugação de segurança e estabilidade econômica para pagamento das dívidas e simultaneamente para a ampliação de áreas para os investidores internacionais. Assim, as reformulações propostas pelos organismos internacionais não se constituem um fim em si mesmas.

Elas fazem parte de uma ampla estratégia burguesa de enfrentamento da crise estrutural do capitalismo e, em última instância, da própria necessidade da (re) produção capitalista. (2005: 106)

Identificamos uma relação entre o que foi elaborado e realizado na política de educação a partir dos anos de 1960 e o aprofundamento destas determinações a partir dos anos de 1990, sendo que:

A reformulação da educação superior na década de 1990 está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do papel do Estado na periferia do capitalismo, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital. (LIMA, 2005: 129).

Entendemos que a disseminação de cursos de graduação em Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) está relacionada aos processos macrossocietários que forjam os elementos fundantes desta expansão, às propostas de reforma do Estado, disseminadas a partir dos anos de 1990, à reforma universitária nelas contida e à nova regulamentação da Educação no país, expressa na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e numa série de textos legais, projetos e programas.

Observa-se que, diferente da reforma universitária de 1968 – regida por uma única Lei – a nº 5.540/68 – a atual reforma acontece de forma fragmentada, que ainda assim, alterou a lógica organizativa dos sistemas público e privado de educação. (CARVALHO, 2006).

Estes elementos possuem em sua base as determinações políticas e econômicas que os organismos internacionais expressam nos documentos que norteiam a concepção e as formas de efetivação de uma política educacional para “países em desenvolvimento”.

Estes documentos expressam a lógica do capitalismo global e não deixam dúvidas sobre o lugar do Brasil no sistema-mundo⁸: a periferia, a lógica da prevalência do ganho econômico alcançou, de forma avassaladora, a prestação de serviços de ensino, minando possibilidades de construção de propostas educacionais nestes espaços, explicitando que as transformações ocorridas na sociedade brasileira estão condicionadas aos interesses representados nas esferas governamentais, não sendo demais afirmar que estes são, hegemonicamente, expressão dos interesses do grande capital associado.

A década de 1990 foi marcante para a ampliação do ensino superior privado, crescimento este, intimamente relacionado à aprovação da Lei nº 9.394,

⁸ Benjamin assim define sistema-mundo: “A história da modernidade é a história da formação, pela primeira vez, de um sistema-mundo. Nos últimos quinhentos anos, os antigos subsistemas humanos, que existiram em relativo isolamento durante milênios, foram unificados em um novo sistema muito mais amplo. Essa unificação foi feita por meio da incorporação de áreas e povos ao controle e influência do antigo subsistema europeu.

O transbordamento da história européia em história mundial fez com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente, que dura até hoje.” (BENJAMIN, 2004, s/n)

de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB já citada, que, por sua vez possui inteira articulação aos determinantes da “reforma do Estado” proposta e realizada no Governo FHC.

Para consolidar a “Reforma do Estado”, que previa uma reestruturação do Estado e das relações entre público e privado, FHC criou o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), cujo ministro foi, Bresser Pereira, responsável pelo texto do Plano de Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), documento que apresenta os fundamentos e conceitos que balizaram a “reforma do Estado” e que, por conseguinte, aprofundaram a incorporação do neoliberalismo no país.

Para Boito (1999) foi inaugurada uma lógica privatista, que emerge das diretrizes dos organismos internacionais: o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), com a contribuição particular do Governo Fernando Henrique Cardoso, bem como de sujeitos institucionais, sujeitos sociais e políticos - que defendem interesses pessoais e que, detendo cargos políticos, expressavam e realizavam íntima relação entre o público e o privado. A privatização dos serviços públicos abre espaço para a atuação do setor privado na gestão de serviços, constituindo o que o autor nomeia como *nova burguesia de serviços*, um setor que explora serviços de saúde, de educação e de previdência privada. Para Boito, “[...] *O crescimento da nova burguesia de serviços é um subproduto necessário da redução dos gastos e dos direitos sociais.*” (1999: 67).

A perspectiva privatista está inteiramente vinculada às concepções que fundamentaram a proposta de “reforma do Estado”, conforme podemos identificar na elaboração de seu principal ideólogo e mentor – Luiz Carlos Bresser-Pereira, a educação pode ser *publicizada*⁹ e controlada pela administração pública gerencial, especialmente pelo controle social, já que é identificada como uma das atividades não-exclusivas do Estado na perspectiva de reforma do Estado idealizada por Bresser Pereira:

⁹ No Plano Diretor da reforma do Estado, Bresser Pereira utilizou várias expressões, cunhando-as com significados peculiares aos preceitos da reforma do Estado, entre os termos citados acima, a publicização é o processo que implica na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta, ou seja, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal, para Bresser Pereira estes termos a diferem da privatização.

No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc. Se o seu financiamento em grandes proporções é uma atividade exclusiva do Estado – seria difícil garantir educação fundamental gratuita ou saúde gratuita de forma universal contando com a caridade pública - sua execução definitivamente não o é. Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados. (BRESSER PEREIRA, 1995: 25).

Este é o arranjo que determina os impactos da Reforma do Estado nas políticas sociais: a possibilidade dos chamados serviços não-exclusivos do Estado ser realizados por ‘terceiros’. A chamada publicização de “serviços educacionais”, incentiva o aumento das parcerias entre Estado e instituições privadas de ensino. Nesta lógica, estas entidades de direito privado, podem celebrar um contrato de gestão com as estâncias governamentais e assim estarem aptas também participarem do orçamento do Estado. (MONTAÑO, 2002: 216-222).

b) Particularidades da expansão do ensino superior em Minas Gerais;

Em Minas Gerais, como em todo território nacional, as determinações internacionais, mediadas pela intervenção do Estado brasileiro, propiciaram a criação de um vasto campo de investimentos. No caso de Minas Gerais, os serviços educacionais irão compor uma estratégia de retomada do crescimento econômico e ampliação de investimentos para o setor de serviços.

Além disso, as peculiaridades do Estado indicam que a ampliação do ensino superior, não só encontra sustentação política para sua realização como também possui diversos políticos nas entidades mantenedores de instituições de ensino, apenas para exemplificar: Há um dos “Andrada” na diretoria da UNIPAC, instituição responsável por 18 cursos presenciais de Serviço Social no estado de Minas Gerais).

A partir da pesquisa identificamos que em todas as IPES analisadas existe uma vinculação entre poder político e criação de cursos de Serviço Social¹⁰. Tais relações explicitam a importância da dimensão política como esteio fundamental para cristalizar a identidade regional que, para Dulci “*Trata-se de um conjunto de imagens que compõem uma espécie de subcultura política, consistente com traços de um suposto ‘caráter regional’.*” (1999:195).

De acordo com o autor as elites têm um papel fundamental na disseminação desta simbologia – da identidade regional - uma vez que “*Esta representação foi construída e reproduzida sob diversas formas ao longo do tempo, expressando-se no discurso das elites por sucessivas gerações.*” (idem, ibidem). Seguindo esta abordagem Dulci (1999) apresenta os traços que sintetizam os elementos básicos da *subcultura política mineira*:

- a) apego à tradição, o senso de continuidade;
- b) a valorização da ordem, da estabilidade, a prudência nas iniciativas;
- c) o senso de naturalidade, configurando uma visão evolucionista da sociedade e da história;
- d) o centrismo, a aversão aos extremos, ao radicalismo, a busca do meio-termo, da solução moderada;
- e) o realismo, o pragmatismo, a adaptabilidade às circunstâncias, associados à capacidade de transação, de acomodação de interesses;
- f) a perspicácia, a habilidade, a paciência, como meios de alcançar objetivos políticos a menor custo. (1999: 195)

Minas Gerais teve, nos últimos anos, governadores estaduais com perspectivas políticas afinadas com o governo federal: Hélio Garcia/PMDB (1991-1994); Eduardo Azeredo/ PSDB (1995-1998); Itamar Franco/PMDB (1999-2002) e o governador em exercício - Aécio Neves PSDB (2003- 2006) – reeleito em 2007 com 73,03 % dos votos válidos, sendo que o último governador, muito embora, seja do PSDB foi um dos principais responsáveis pela coligação

¹⁰ Em Muriaé há a presença do Deputado Federal Lael Varella e de membros da sua família na Fundação Cultural Lael Varella – Mantenedora da Faculdade de Minas (FAMINAS). Em Ubá e Leopoldina os cursos de Serviço Social são oferecidos pela UNIPAC – instituição vinculada aos “Andrada” de Barbacena. Em Juiz de Fora, a UNIVERSO – Universidade Salgado Filho - faz parte dos investimentos educacionais da família do Senador Wellington Salgado. Em Viçosa, a Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV) oferece, entre todas as IPES analisadas no estudo, o curso de Serviço Social criado mais recentemente na região da mata e entre o corpo docente havia um advogado, vereador no município de Viçosa e, também, filho de uma das sócias daquele empreendimento de ensino.

PT/PSDB em torno do candidatura de Márcio Lacerda (PSB) à prefeitura de Belo Horizonte.

Estes governos expressam a perspectiva neoliberal no estado de Minas Gerais. Para Behring (2003), a partir dos anos 1990 a direção política, social e econômica do país recrudescer as determinações burguesas, a autora qualifica este período como *nova ofensiva burguesa*, a opção neoliberal dos últimos governos federais do Brasil também esteve presente em Minas Gerais.

Outro aspecto importante da dimensão política na expansão do ensino superior privado é a tradição municipalista da política mineira fortalecida na última década do século passado. Acompanhando uma dinâmica nacional, o estado de Minas Gerais criou 130 municípios entre 1991 e 2001, somados aos 723 municípios existentes: esta expansão emancipatória mantém Minas Gerais como o estado brasileiro com o maior número de municípios. (WANDERLEY, 2009).

Considerando que os municípios constituem espaços privilegiado para a articulação de laços entre políticos e a população, considerando também a necessidade de criação de todo um aparato administrativo e de serviços públicos, muitas vezes inexistentes antes das emancipações, e ainda, a lógica descentralizadora inaugurada pela Constituição Federal de 1988, identifica-se que foram criados muitos espaços políticos e cargos públicos – tanto na abertura de vagas para o funcionalismo, quanto através de novos cargos eletivos.

Outro aspecto importante deste processo foi a exigência de diversificação na prestação de serviços públicos à população, especialmente com relação às políticas de educação e saúde, e mais recentemente, a política de Assistência Social.

Algumas análises deste processo apontam para uma piora nos serviços prestados à população e enfatizam o caráter oportunista dos políticos que participaram de iniciativas emancipatórias. Wanderley afirma que muitos consideraram que:

[...] este processo se originaria simplesmente devido à busca dos políticos locais em aumentar os cargos disponíveis para estes, aumentando os gastos com a máquina pública local e não impactando (ou impactando de maneira negativa) os serviços prestados à população. O caráter de ente federativo dado aos municípios agravaria este problema, devido à inevitável implementação, em cada novo município, de complexa estrutura política administrativa. Este processo veio a ser caracterizado, em diversos lugares, como a “indústria” ou a “farra” das emancipações. (2009: 02).

Apesar deste tipo de compreensão ser alvo de contestações é evidente a ampliação de possibilidades de implantação de serviços e retalhamento dos espaços de influência política entre os grupos locais. A relação entre esta tendência municipalista de Minas Gerais e a expansão do Serviço Social (tanto no que se refere aos espaços sócio-ocupacionais e, sobretudo, com relação à ampliação de cursos na área oferecidos em IPES) já foi alvo de indicações analíticas de Iamamoto (2007), vejamos:

Outra relação a ser verificada é o possível vínculo com a tradicional política municipalista. Em Minas, o crescimento do ensino privado em Serviço Social é recente e avassalador. [...] Esse crescimento apresenta características peculiares deste Estado. Por exemplo, uma única universidade privada oferece cursos de Serviço Social em 16 municípios distintos de Minas Gerais, cujos mantenedores têm uma ligação tradicional com a política mineira.

Certamente, o espírito empreendedor do empresariado da educação leva-o a investir onde existe demanda: a regulamentação e municipalização da assistência social --, aliada à da saúde – vêm ampliando a oferta de trabalho nos municípios, o que certamente tem interferências no jogo político local, freqüentemente marcado por características e traços populistas, clientelistas e coronelistas herdados da história política de base municipalista no país. (2007: 442-443).

O grupo político identificado como “Andrada” expressa, de modo exemplar, a forma como as relações políticas tradicionais se articulam aos investimentos educacionais.

Historicamente os políticos da família, cuja base política situa-se na cidade de Barbacena - *Campo das Vertentes* – ocupam cargos eletivos e/ou cargos políticos “de confiança” em diversas instâncias do Estado. Em matéria do Jornal “O Tempo” tem-se a indicação do poder político da família:

Além do prefeito de Barbacena, Martim Andrada (PSDB), a família mantém no poder dois irmãos. Lafayette Andrada (PSDB) é deputado estadual, enquanto Antônio Carlos Andrada (PSDB), ex-deputado estadual, é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, indicado pelo governador Aécio Neves (PSDB). O pai deles, José Bonifácio de Andrada, é o atual advogado geral do Estado. Também na política, está Bonifácio Andrada, deputado federal (PSDB), que é irmão do advogado geral e tio dos três mais jovens que, apesar de novos, exercem a atividade reforçada por gerações.” (MOTA, 2009).

A tradição da família na política regional e nacional está vinculada à história da república no país, em outra reportagem, agora do jornal “Estado de Minas”, encontramos informações do histórico familiar na política do país:

[...] a política está nos genes do prefeito Martim, filho do deputado federal Bonifácio Andrada, neto do também deputado federal e líder do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-79), de mesmo nome, e bisneto do embaixador José Bonifácio, um dos articuladores da Revolução de 1930. Todos são descendentes de José Bonifácio de Andrada e Silva, paulista de Santos, considerado o Patriarca da Independência.” (BEGHINI, 2009).

É importante salientar que os investimentos em outros setores produtivos encontram-se em franca decadência há alguns anos na Zona da Mata mineira, que no século XIX foi uma região importante e das mais prósperas do Estado; hoje apresenta uma realidade muito diferente: alguns municípios da mata mineira apresentam valores de PIB per capita semelhantes aos das regiões mais pobres do Estado - Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (ROCHA, 2008).

Este aspecto sinaliza um dos elementos que determinam a expansão do setor de serviços na região. Diante do enfraquecimento da produção agrícola, leiteira, cafeeira; outros nichos de investimentos são buscados pelos empresários da região. O investimento em ensino é uma das alternativas exploradas.

O ensino superior passa a ser um mercado promissor, constituindo-se como um espaço sócio-ocupacional importante que absorve parte da força de trabalho qualificada, formada nas instituições federais de ensino do estado de Minas Gerais (UFMG, UFJF e UFV) e de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Percebe-se que nas IPES a exploração da força de trabalho é idêntica aos outros espaços de produção capitalista; diversas situações expressam esta realidade: a rigidez no cumprimento de horários, a sobrecarga de trabalho, a realização de atividades docentes não-remuneradas – como as orientações acadêmicas. Além da instabilidade nos empregos como ‘desabafam’ os colegas de trabalho: “*nosso emprego é de seis meses, tem prazo de validade e nunca sabemos se será renovado ou não*”.

Em detrimento das precárias condições de trabalho, a exigência de produtividade dos professores é uma constante. Ainda que, muitas vezes tal exigência não seja colocada explicitamente.

O *trabalho em série* dos docentes é comum, ou seja, os professores são obrigados a incorporar tarefas, que muitas vezes não são remuneradas, ou são minimamente remuneradas sob a rubrica do *extra-classe*; tais tarefas precisam ser realizadas em períodos de tempo muito curtos, uma vez que a maioria dos contratos é por hora/aula – o que implica numa permanência no local de trabalho restrita aos horários em que as aulas são ministradas. Em função desta realidade alguns docentes sequer reconhecem esta remuneração como pagamento das atividades de planejamento e elaboração de aulas, ou seja, os profissionais até vêem que há um pagamento específico para atividades extra-classe, no entanto, os valores que recebem são irrisórios diante do volume de trabalho que precisa ser realizado fora dos horários de aulas. Uma docente explicita esta situação: “*A gente faz muito mais atividades, do que o este ‘extra-classe contempla... acompanhamento de alunos, orientações*” (DOCENTE 5).

Os docentes restringem sua vida profissional a uma reprodução mecânica de conceitos, conteúdos e informações, que precisam ser rapidamente incorporados, já que ocorre uma alta rotatividade das disciplinas ministradas e até mesmo dos empregos que possuem. Para tentar assegurar seu trabalho os docentes entram num ritmo extenuante, sendo que esta dedicação não garante a permanência no emprego, uma vez que tal permanência está condicionada à demanda por aquisição dos serviços educacionais, ou seja, se os estudantes não procuram por formação neste ou naquele curso – as turmas não são abertas e, não raro, cursos são extintos. A análise de Marx é esclarecedora:

[...] em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia o tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa e óleo. (MARX, 1996: 378-379).

O estado de Minas Gerais também acompanhou a tendência privatizante do ensino superior, sendo que na área do Serviço Social e que esta expansão

vinculou-se profundamente às particularidades do estado, tanto no que se refere à sua tradição política, como nos seus aspectos econômicos.

Entre 2002 e 2007 foram criados 40 cursos de SERVIÇO Social em IPES no estado de Minas Gerais, é o período dos governos Lula - A marcados pelo aprofundamento do neoliberalismo no país, sob a égide do governo petista que assegurou em âmbito nacional mecanismos que garantiram o avanço do ensino superior privado, os quais – além de terem sido largamente utilizados em Minas Gerais, foram objeto de inovações, como ilustra a Lei estadual nº 14.949 que assegura a possibilidade de criação de cursos através de convênios com municípios. Inicialmente voltada para os cursos de Normal Superior e Pedagogia, prevê em seu artigo 1º: “[...] *com vistas ao combate ao analfabetismo e à desnutrição (sic), estabelecendo programas educacionais e atividades pedagógicas vinculados aos cursos superiores cujos conteúdos mantenham afinidade com esses objetivos.*” (MINAS GERAIS, 2004).

Esta ampliação dos serviços educacionais impactou também na criação de postos de trabalho na docência para os assistentes sociais, neste contexto os profissionais vivenciam as relações advindas do assalariamento e seu caráter histórico da compra e venda da força de trabalho expresso pelo “[...] *extraordinário poder da tendência das economias capitalistas a converter todas as demais formas de trabalho em trabalho assalariado*” (BRAVERMAN, 1987: 55).

Nesta relação o trabalhador não possui alternativa a não ser vender sua força de trabalho, pois empregador é quem detém a unidade de capital, a qual pretende continuamente expandir e para isso converte parte deste capital em salários, iniciando o processo de trabalho que na sociedade capitalista além de ser um processo de criação de valores úteis é também, e prioritariamente, *processo de expansão do capital para criação de um lucro*. Braverman reforça: “O que o trabalhador vende e o que capitalista compra *não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo.*” (idem, ibidem), nas IPES o trabalho docente constitui-se como trabalho produtivo, vejamos o exemplo de Marx selecionado por Yamamoto:

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa

fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera em nada a relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas um azar. (MARX, 1985 *apud*: IAMAMOTO, 2007: 74).

c) Notas sobre o perfil discente dos cursos de Serviço Social nas IPES na Zona da Mata Mineira.

Com o aumento de vagas no ensino superior privado, conseqüentemente também o aumento das escolas de Serviço Social, resultou num conjunto de novas demandas investigativas sobre a realidade dos estudantes e egressos dessa nova geração de assistentes sociais. A expansão e oferta acelerada de vagas em cursos de Serviço Social põe em dúvida acerca da qualidade do ensino e a inserção dos formandos no mercado de trabalho, visto que apesar da ampliação das vagas de trabalho para o profissional, sabe-se que a demanda em relação aos formandos ainda é pequena.

Na constituição histórica do Serviço social ocorreram diversas transformações, tendo um desenvolvimento teórico prático diferenciando-se nos anos noventa como uma “profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente” (CFESS, 1997). Esse profissional conquistou espaços e, cada vez mais, está se inserindo em setores e serviços diferenciados das políticas públicas no Brasil. O campo de atuação do assistente social tem se ampliado gradativamente nos últimos anos, principalmente com os novos marcos legais da política de Assistência Social, como a criação do Sistema único de Assistência Social (SUAS)¹¹ em 2005.

¹¹ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. O SUAS foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, e se inscreve no esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional. (MDS, 2009).

Nesse sentido houve um aumento conjunto entre a oferta de cursos de Serviço Social e oferta de emprego na área. No entanto, percebemos que o aumento de vagas na universidade acontece num patamar superior ao das possibilidades de ocupação desta força de trabalho (os assistentes sociais). Segundo Carvalho (2009) em Minas Gerais, *O crescimento do ensino de Serviço Social nas IPES em Minas Gerais, particularmente na Zona da Mata, acompanha a dinâmica expansionista apresentada em todo o país.* (CARVALHO, 2009: 61)

O Curso de Bacharelado em Serviço Social na Faminas foi autorizado pela portaria 2.971, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23/10/2003, com 100 (cem) vagas. A primeira turma na instituição iniciou-se em fevereiro de 2004, com turmas diurnas e noturnas, e já no ano de 2007 formou-se a primeira turma da região, gerando assim grande expectativa de empregabilidade entre os alunos que formaram.

Como o curso mais próximo de Serviço Social na região situava-se na cidade de Juiz de Fora, o curso da Faminas teve o “privilégio” de ser o segundo curso da área na Zona da Mata mineira, assim os alunos formados na instituição foram, gradualmente, absorvidos pelo mercado de trabalho que se encontrava em processo de expansão. De forma incipiente apresentaremos aqui alguns dados extraídos do ENADE¹² que nos permite identificar:

- Mais de 80% deles são estudantes trabalhadores (50% trabalham 40 horas e 24,4% contribuem com o sustento da família).
- A maioria é oriunda do ensino médio público,
- 48,9 dos alunos concluintes e 50,0% dos ingressantes possuem pais que completaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental.
- 55% das famílias (que possuem entre três e quatro pessoas) vivem com até 03 salários.
- A maioria dos estudantes mora com os pais ou com outros parentes - 73,3% dos ingressantes e 71,1% dos concluintes.

¹² A avaliação do ENADE incluiu grupos de estudantes selecionados por amostragem, os quais se encontravam em momentos distintos de sua graduação: um grupo, considerado ingressante, que se encontrava no final do primeiro ano e outro grupo, considerado concluinte, que estava cursando o último ano. Os dois grupos de estudantes foram submetidos ao mesmo questionário. A prova foi respondida por 78 estudantes, sendo 32 ingressantes e 46 concluintes. Todos os resultados do curso foram obtidos com base nas análises que consideraram o peso amostral de cada estudante convocado e presente no exame, podendo, portanto, ser estendidos para o total de estudantes ingressantes e concluintes da instituição. A partir da análise do questionário sócio-econômico, foi elaborado o presente estudo com a finalidade de analisar o perfil dos estudantes ingressantes e concluintes do curso de Serviço Social da Faminas que se submeteram ao ENADE 2007.

- Entre os estudantes concluintes 46,6% recebem algum tipo de bolsa de estudo ou financiamento para se manter na faculdade.

Acerca do perfil discente os dados referentes à condição sócio-econômica dos alunos destaca-se – a média da renda familiar per capita gira em torno de R\$ 285,00, tal situação explica o alto percentual de estudantes concluintes que utilizam o FIES - 42,2%. Ora, percebe-se que os alunos realizam um alto investimento na qualificação profissional baseados numa expectativa de melhoria de renda no futuro, advinda da inserção no mercado de trabalho. Os próximos estudos irão enfatizar estes elementos para fundamentar melhor uma análise dos desdobramentos do processo da mercantilização do ensino superior.

Os resultados mostram alguns aspectos da realidade dos estudantes do ensino privado brasileiro, especificamente no curso de Serviço Social da Faminas, verificando que o perfil do universitário de uma instituição privada é diferente dos estudantes de instituições públicas.

Estes e outros dados ainda continuam como nossos objetos de análise, sabemos que estes resultados não podem ser tomados isoladamente, sabemos também e da necessidade de constante investimento em ações de qualificação dos espaços pedagógico no ensino superior - especialmente nas IPES - justamente pelas exigências postas pelo perfil do corpo discente, majoritariamente composto por alunos trabalhadores e oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo.

BIBLIOGRAFIA:

1. BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo, Cortez, 2001.
2. BEGHINI, R. **Alianças inusitadas marcam disputa pela prefeitura de Barbacena**. Estado de Minas, edição de 03 de agosto de 2008 Disponível em: <http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_20/2008/08/03/em_noticia_interna.id_sessao=20&id_noticia=74181/em_noticia_interna.shtml>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.
3. BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma** – desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
4. BENJAMIN, C. et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
5. BOITO, A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Xamã, 1999.
6. BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
7. BRESSERPEREIRA, L. C . *Gestão do setor público: estrutura e estratégia para um novo Estado*. In: BRESSERPEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

8. CARVALHO, C. C. **SERVIÇO SOCIAL E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO – A precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata mineira**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
9. CARVALHO, C. H. de A. O PROUNI no Governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino Superior. **Educação Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006.
10. CFESS. **Código de ética do assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3. ed. ver. e atual., Brasília, 1997.
11. DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
12. HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991**. (Tradução de Marcos Santarrita). 2ª edição. 33ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
13. IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
14. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (MEC/INEP). **Cadastro das Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <educacaosuperior.inep.gov.br> . Acesso entre os dias 05 e 10/07/2007.
15. KOIKE, M. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Capacitação em serviço social e Política Social. MOD. 2**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.
16. LIMA, K. **Reforma da Educação nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso à Luís Inácio Lula da Silva**. Niterói. UFF/PPG em Educação. Tese de doutorado. 2005.
17. MARTINS, C. B. **Ensino Pago: um retrato sem retoques**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez: 1988.
18. MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
19. MARX, K. **O capital – Crítica da economia política (Livro primeiro, tomo 1)**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
20. MINAS GERAIS, Lei estadual nº 14.949. 2004.
21. MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2002.
22. MOTA, D. **Tradição de sobra na política mineira**. Edição de 17/08/2007. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=646&IdCanal=1&IdSubCanal=&IdNoticia=54608&IdTipoNoticia=1>>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.
23. NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**. 4ª ed. Cortez Editora, São Paulo, 1998.
24. _____. Transformações Societárias e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, Ano XVII, abril/2006. São Paulo, Editora Cortez, 1996.
25. PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. (TESE). ESS/UFRJ. 2007.
26. WANDERLEY, C. B. **Emancipações Municipais Brasileiras Ocorridas na Década de 90: Estimativa de seus Efeitos sobre o Bem-Estar Social**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.